

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE, REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2001, NO AUDITÓRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - AV. AFONSO PENA, 2336, 14º ANDAR.**

Aos dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e um, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde. A reunião iniciou-se às 14:55 horas, com a leitura da pauta pela presidente do Conselho Municipal de Saúde, Anadil Benedita Ruhnau: 1 - Informes; 2 - Votação das propostas de atas das reuniões do CMS/BH, realizadas nos dias 13/09, 27/09, 11/10, 25/10 e 31/10/01; 3 - Discussão sobre o último concurso público para preenchimento de vagas para fiscais da Vigilância Sanitária Municipal; 4 - Assuntos gerais; 5 - Encerramento. Em seguida a presidente do CMS/BH, Anadil, informa sobre a entrada do novo conselheiro do Distrito Sanitário Norte, Silvino Fernandes. Informou também sobre o documento enviado ao CMS/BH, pela SMSA assinado pelo Secretário, Dr. Evilázio Teubner, referente a implantação do Centro de Medicina Reabilitação e Física de Belo Horizonte, no PAM Padre Eustáquio, que foi uma decisão tomada pelo plenário do Conselho. No documento o Secretário se compromete estar credenciando o PAM Sagrada Família e depois fazer a implementação no PAM Padre Eustáquio, sendo que o mesmo depende de reforma, equipamentos e recursos humanos. O documento foi distribuído aos conselheiros e será discutido na reunião da mesa diretora, dia 18/12/01. Em seguida passa para outro ponto de pauta, que discutirá o concurso de Vigilância Sanitária. O Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Dr. Evilázio Teubner, informa que essa questão do concurso quando foi assumida, já vinha acontecendo há mais tempo, e informa que este assunto vai depender de uma resposta jurídica, que será cobrada para que tenhamos uma solução, que é do interesse de todos, disse que devemos esperar que as coisas se coloquem aqui, para verificar que providências vamos tomar e espera que com apoio e cobrança possamos agilizar o processo. A presidente do CMS/BH, Anadil, passa a palavra para o representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Paulo Freitas, que inicia justificando a ausência do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Paulo Maciel e agradece o convite para participar da reunião. Em seguida ele explica como está a situação da fiscalização na Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Hoje ela atua na licenciamento e fiscalização ambiental. Com relação ao licenciamento, existem duas linhas, sendo que uma é o licenciamento de empreendimentos de impacto e o licenciamento de outras atividades. Hoje todas as atividades poluidoras necessitam de um parecer da Secretaria de Meio Ambiente ou mesmo da licença ambiental. Com relação a fiscalização, hoje toda demanda da cidade de poluição sonora, atmosférica, hídrica, corte de árvores, podas irregulares, toda essa parte bem como o licenciamento é atendido pela Secretaria. Que com a reforma administrativa, continua com essas atribuições, que hoje são das secretarias regionais. Quanto ao licenciamento, a Secretaria estará apenas com aquelas atividades que são classificadas pela Lei 7166, como por exemplo empreendimentos de impacto. Para atender toda essa demanda, foi feito um levantamento este ano, no período de Janeiro a Novembro/2001, ficando constatado que entraram em torno de 15 (quinze) mil expedientes, entre licenciamento e reclamações. Toda essa demanda é repassada para a fiscalização. Hoje contamos com um quadro de 39 (trinta e nove) fiscais, sendo que 11 (onze) estão fazendo trabalhos internos ou em cargos de gerências, coordenação, atividades técnicas e fiscais. Efetivamente nas ruas, contamos com 26 (vinte e seis) fiscais, incluindo programas especiais, como o programa oxigênio, que faz o controle da poluição de veículos à diesel e conta com apenas 02 (dois) fiscais fazendo este tipo de trabalho. Destes 26 (vinte e seis) fiscais, incluindo dos dois do programa oxigênio, um fiscal trabalha com movimentos de terra em toda a cidade, um fiscaliza especificamente a fauna e flora, um trabalha com antenas de telefonia celular que é um empreendimento de impacto, outro que fiscaliza postos de gasolina e o restante atendem a todas as outras demandas, incluindo o programa disque sossego que vem funcionando desde Maio/2001. Neste último concurso foram chamados apenas 05 (cinco) fiscais e posteriormente, o concurso ficou sobre juízo não chamando os outros concursados. Existe a previsão de se encaminhar um fiscal para cada regional, especificamente 02

50 (dois) fiscais para Regional Centro-Sul e sabe-se que isso não atende a demanda das regionais. Em  
51 seguida Cristina Werneck, representante da gerência de Epidemiologia e Informação da SMSA  
52 agradece em nome desta gerência o convite e passa a palavra para o gerente da Vigilância Sanitária  
53 Municipal, João Batista que tem maiores esclarecimentos a fazer. O gerente da Vigilância Sanitária  
54 Municipal, João Batista, informa para os que não participaram da outra reunião do CMS/BH, que  
55 esta é a segunda reunião feita pelo Conselho, sendo que a primeira reunião foi nas CTCA e CTF,  
56 uma vez que o CMS/BH é o órgão fiscalizador dos procedimentos de saúde em todo o município de  
57 Belo Horizonte e responsável por zelar pela sua qualidade e pela sua efetividade. Na reunião das  
58 câmaras técnicas, ficou acordado uma reunião geral com a presença de eminentes representantes de  
59 todas as áreas e alguns infelizmente não compareceram, como o procurador geral do município, o  
60 secretário de governo Paulo Lott, que poderiam trazer uma posição mais abalada da PBH. Após a  
61 reunião realizada no mês retrasado, foi entregue a Vigilância Sanitária, por parte da PBH e de  
62 algumas candidatas, o conteúdo da defesa da mesma protocolado junto a 4ª Vara da Fazenda  
63 Pública Municipal, que aguarda o parecer da juíza para que se possa ter esse caso efetivamente  
64 resolvido. Esta reunião do CMS/BH tem como objetivo principal, produzir fatos que sensibilizem a  
65 Juíza da 4ª Vara da Fazenda Pública Municipal, Drª Denise Pinto da Costa Val, no sentido de que o  
66 concurso seja mantido. Caso este seja anulado haja protelamento por mais tempo e temos que  
67 deixar claro a responsabilidade dos órgãos da justiça e do Ministério Público. No entendimento da  
68 PBH, não houve problemas com o concurso que por ter tido grande o número de candidatos, está  
69 sujeito a problemas operacionais, mas que lícitos ou de fraudes não ocorreram como querem fazer  
70 crer os signatários do mandato de segurança que tenta interromper o concurso. O último concurso  
71 de fiscalização anterior a este, foi realizado em 1985 e o quadro de fiscais está atualmente  
72 envelhecido, alguns fiscais estão se aposentando, inclusive alguns já faleceram e atualmente este  
73 quadro é de 106 (cento e seis), dos 135 (cento e trinta e cinco) a que a Lei dá direito. Destes, 30  
74 (trinta) fiscais estão na gerência central 08 (oito) fiscais no setor de farmácias da cidade, 04 (quatro)  
75 fazem o setor de odontologia, 08 (oito) fazem a área hospitalar, clínicas, consultórios médicos e  
76 etc., 02 (dois) fiscalizam a área de veterinárias, 01 (um) faz os estabelecimento de óticas, 03 (três)  
77 fiscalizam área de alimentos e 03 (três) na área de avaliação de projetos de planos de gerenciamento  
78 de serviços de saúde e os mais de 20 (vinte) mil estabelecimentos de Belo Horizonte. Temos  
79 também 04 (quatro) fiscais que por Lei, estão lotados na Junta de 1ª Instância e 07 (sete) nas três  
80 câmaras de 2ª Instâncias. Nas regionais temos 08 (oito) na região Centro-Sul, 05 (cinco) em Venda  
81 Nova, 11 (onze) na Leste, 05 (cinco) na Oeste, 10 (dez) na Noroeste, 07 (sete) na Pampulha, 09  
82 (nove) na Nordeste, 04 (quatro) na Norte e 06 (seis) no Barreiro, somando o total de 106 (cento e  
83 seis) fiscais. Temos ainda mais 200 (duzentos) fiscais para convocar, o que era um projeto para o  
84 ano de 2000, caso não acontecesse esta interrupção por parte do Ministério Público que foi o  
85 patrocinador da causa. O concurso teve cerca de 21 (vinte e um) mil candidatos, sendo que 06 (seis)  
86 mil foram aprovados e a ação do Ministério Público atende a pedido de 24 (vinte e quatro)  
87 concursados que se sentiram prejudicados. Fala também sobre a identificação da prova de redação  
88 onde os candidatos alegam que haviam na prova instruções para que eles não se identificassem e  
89 que um candidato foi obrigado a se identificar por um fiscal de prova. Fala também da participação  
90 de um concorrente que participava da organização do concurso e que o mesmo teria visto a prova, o  
91 que não procede e existem também alegações sobre a participação de fiscais com cargos de chefia,  
92 mas não consta proibições no edital pois de acordo com a Constituição Federal da República, desde  
93 que seja respeitado o limite mínimo de idade, todo cidadão pode participar de concursos públicos.  
94 Existem também questionamentos sobre a não divulgação da banca examinadora e que o concurso  
95 foi homologado pelo Secretário de Administração e não pelo Prefeito, o que foi feito baseado em  
96 um Decreto Municipal de 1958 que há tempos foi revogado, delegando ao Prefeito o poder de  
97 passar para o Secretário Municipal de Administração a realização do concurso, através de licitação  
98 de empresas. Logo após faz a leitura final da defesa da PBH, assinada pelo Procurador Geral do

99 Município. Falou também das diversas demandas passadas pelo Ministério Público à Vigilância  
100 Sanitária Municipal e que atender a esta demanda se torna difícil pela carência atual de fiscais. Em  
101 seguida dada a palavra ao representante da Associação dos Fiscais Sanitários, Eduardo Camargo  
102 Couto, que diz que os fiscais não tem plano de carreira, o que dificulta o trabalho e até mesmo o  
103 ingresso de novos fiscais. Informa também que a AFISA quer que tão logo isso seja agilizado. O  
104 representante da ASSERVIS, Fernando Eustáquio, disse que a Associação dos Servidores da  
105 Vigilância Sanitária Municipal não será omissa nessa situação, unindo esforços para agilizar o  
106 processo de solução deste caso. A presidente do CMS/BH, Anadil, lamenta a falta de convidados,  
107 como o Ministério Público, a Procuradoria do Município, que são de suma importância para o  
108 debate e pergunta como 24 (vinte e quatro) pessoas num universo de 21 (vinte e um) mil candidatos  
109 podem impugnar um concurso sendo que a mesma justiça não soluciona o problema, não prova que  
110 houve fraude no concurso, mas também não se posiciona. Disse que a Justiça é ágil em alguns casos  
111 mas, quando as decisões são políticas a mesma não é tomada mesmo estando de posse de todos os  
112 documentos e enquanto isso Belo Horizonte sofre com a falta de fiscais, citando o exemplo da  
113 tragédia que aconteceu no Canecão Mineiro. Informou também que devido ao atraso no quórum, a  
114 votação das propostas de atas será transferida para o fim da discussão. O secretário geral do  
115 CMS/BH, Robson Itamar, disse que gostaria que a Justiça encheresse o que está sendo feito com  
116 os trabalhadores que fizeram o concurso, principalmente pela falta que esses profissionais fazem à  
117 população. Em seguida, foi aberto espaço para as perguntas. O conselheiro distrital Evaristo Garcia,  
118 disse que a solução do problema deve ser política, propõe que o senhor Júlio César da Vigilância  
119 Sanitária Estadual, convoque todos os fiscais para que a decisão política seja tomada. O secretário  
120 geral, Robson Itamar, informa que o Procurador Geral de Justiça do Estado, Dr. Nedens Ulisses  
121 Freire, justifica sua ausência na reunião e comunica que irá se retirar da reunião, pois estará  
122 tomando posse da presidência do SINDIBEL. O representante do Vereador André Quintão, Gustavo  
123 Pamplona, disse que a PBH teve um prazo de 72 (setenta e duas) horas para contestar a liminar, mas  
124 não o fez e que nenhum representante do executivo se dispôs a ir conversar com o Ministério  
125 Público. O representante do movimento Pró-Saúde de Belo Horizonte, Leonardo Gomes, informa  
126 que é representante dos 320 (trezentos e vinte) fiscais concursados e aprovados no concurso da  
127 Vigilância Sanitária. Disse que a solução do problema da fiscalização em Belo Horizonte passa  
128 pelas mãos da Dr<sup>a</sup> Denise Pinho da Costa Val, Juíza de Direito da 4<sup>a</sup> Vara de Fazenda Pública  
129 Municipal e que para resolver o problema é preciso se ter uma definição no judiciário e solicita que  
130 se nomeie uma comissão para cobrar da justiça uma decisão, o que pode ser suficiente para  
131 sensibiliza-la a julgar nos próximos dias o pedido de cassação imediata da liminar, podendo a  
132 decisão sair ainda este ano. A concursada Fábila Moreira, informou que o Disque Sossego não tem  
133 funcionado e solicita ao Conselho Municipal de Meio Ambiente que também pressione o Judiciário.  
134 A concursada Fabíola, informou que não há representantes de obras e posturas na reunião, explica o  
135 que é fiscal de postura e cita também os inúmeros acidentes que ocorreram na cidade por falta de  
136 fiscalização. Fizeram intervenção: Elaine Marques e Andréia Brasil concursadas, o representante do  
137 Vereador André Quintão, Gustavo Pamplona, os conselheiros municipais de saúde: Roberto dos  
138 Santos, Roges Carvalho, Anadil e o conselheiro distrital Evaristo Garcia. O representante da  
139 ASSERVIS, Fernando Eustáquio, fala do caso da estudante Taís Braga, que teve os órgãos retirados  
140 de forma ilegal e cita o Decreto 561687 da Vigilância Sanitária que proíbe o tamponamento e  
141 embalsamento de cadáveres em funerárias, portanto, a falta de fiscais também acarreta esse tipo de  
142 acontecimento. O gerente da Vigilância Municipal, João Batista disse que com 106 (cento e seis)  
143 fiscais trabalhando a Vigilância Sanitária, tem dado prioridades aos casos de denúncias, infecções  
144 hospitalares, consultórios odontológicos, grandes restaurantes, supermercados e etc.) e em relação  
145 as funerárias tem sido atendidas as denúncias, pois as mesmas são impedidas de embalçamar e fazer  
146 tamponamento de cadáveres, a única possibilidade existente é um necrotério anexo desde que seja  
147 aprovado pela Vigilância Sanitária constante no seu alvará de autorização sanitária. O representante

148 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Paulo Freitas, disse que já tem levado estes assuntos ao  
149 Conselho de Meio Ambiente, a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Política Urbana,  
150 conforme solicitação dos concursados. O Secretário Municipal de Saúde, Dr. Evilázio Teubner,  
151 disse que as gestões que tem sido feitas com a procuradoria vão ser intensificadas buscando agilizar  
152 as questões de jurisdição para uma breve solução e procura trabalhar o plano de carreira para uma  
153 definição urgente. O presidente da AFISA, Eduardo Camargo, informa que os fiscais querem ser  
154 parceiros do executivo e do CMS/BH, na busca de soluções e destaca a importância do papel do  
155 CMS/BH. Falou também da questão da mesa de negociação que também é uma instância muito  
156 importante, por ser um apêndice do Conselho de Saúde, com força deliberativa e a pretensão de  
157 trabalhar as questões de relações de trabalho entre o executivo e os servidores na área de saúde. A  
158 presidente do CMS/BH, Anadil pede ao Secretário Municipal de Saúde, Dr. Evilázio que publique  
159 no DOM a mesa de negociação, que todas as entidades já foram escolhidas e também o nome dos  
160 representantes da SMSA. Fizeram intervenção Fabíola, Marísio, Fernando Eustáquio, João Batista,  
161 Eduardo Camargos, Paulo Freitas, os conselheiros municipais de saúde: Roberto Francisco e Roges.  
162 A presidente do CMS/BH, Anadil, informa que a comissão será de responsabilidade do CMS/BH e  
163 não será formada apenas por autoridades. Em seguida coloca em votação a proposta de formar uma  
164 comissão para acompanhar o processo na Justiça. Foi aprovado por unanimidade a comissão. A  
165 presidente do CMS/BH, Anadil informa como será feita a formação da comissão: 03 (três) membros  
166 do CMS/BH, 04 (quatro) representantes do movimento Pró-Saúde de Belo Horizonte, que foram  
167 aprovados no concurso, 01 (um) representante da SMSA, 01 (um) representante da PBH, postura,  
168 obras e meio ambiente, 01 (um) representante da AFISA, 01 (um) representante da Câmara  
169 Municipal, 01 (um) representante da Vigilância Sanitária Estadual. Foram eleitos os seguintes  
170 conselheiros municipais de saúde para comissão: Roberto Francisco, Geraldo Eustáquio e Anadil  
171 Benedita. A presidente do CMS/BH, Anadil, informou que a indicação das outras instituições serão  
172 encaminhados por ofício. Em seguida passa para os informes gerais. A presidente do CMS/BH,  
173 Anadil, informou sobre a Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em Brasília, nos 10/12 a  
174 15/1201. O conselheiro Roberto dos Santos informou a indiferença da PBH em relação ao  
175 CMS/BH. Os conselheiros municipais que estiveram presentes: Aliete da Conceição Rangel, Anadil  
176 Benedita Ruhnau, Antônio Chagas, Evilázio Teubner Ferreira, Geraldo Eustáquio Carvalho, Ivan  
177 Braga Vieira, Jacó Lampert, Jorge Lúcio Diniz, José Geraldo da Cruz, Maria Cecília Rajão, Maria  
178 da Glória Silva, José Carlos Machado, José Maria de Souza, Marta Auxiliadora Ferreira Reis,  
179 Weber Avelar, Cléa da Mata Carvalho, Roberto dos Santos, Roberto Francisco Pereira, Rogério  
180 Soares Sena, Roges Carvalho Santos, Robson Itamar Silva, Romélia Rodrigues Lima, Joana  
181 Conceição da Costa Paranhos, Dalva Imaculada Carvalho. Justificaram: Fátima Regina Fonseca  
182 Lima, Jô Moraes, Nadir Ribeiro de Aquino. Às 17:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi  
183 encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pela  
184 presidente e pelo secretário geral. Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2001.  
185 LPM/vld